

SESSÕES DO PLENÁRIO

32ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 10 de abril de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Binho Galinha, Bobô, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (53)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 29ª e 30ª, realizadas, respectivamente, em 3 e 4 de abril de 2023.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

Não há expediente a ser anunciado.

Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o primeiro orador inscrito, Euclides Fernandes. (Silêncio) Não se encontra.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho por 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, subo a esta tribuna para fazer o registro de duas audiências públicas bastante importantes, ao meu ver, e que ocuparam o debate aqui, na nossa Casa. Nós tivemos diversas discussões sobre essas polêmicas.

A primeira, é o debate sobre o piso nacional da educação que deve ser implementado para a categoria no setor federal, nos estados e no conjunto dos municípios. Nós estamos acompanhando, via Comissão de Educação, a situação no estado da Bahia, especialmente em diversos municípios que não vêm respeitando o piso, que é uma lei nacional, uma vitória da educação e do povo brasileiro e que, infelizmente, não tem encontrado nas prefeituras a devida importância, a devida valorização. Eu quero dizer que muitas prefeituras estão, de fato, fora da lei.

Vai ser isso que nós vamos avaliar amanhã, junto com a discussão sobre a GEAP dos profissionais da educação do estado da Bahia, do ensino médio, em nossa audiência pública, na Sala das Comissões, a partir das 9 horas. Nós vamos ter aqui uma representação dos movimentos sociais ligados à educação, a representação da APLB, a representação de um conjunto de instituições e, obviamente, do governo, representações do governo. Eu espero também que nós tenhamos a presença de diversos educadores, educadoras dos municípios do interior do estado.

Essa questão não pode continuar sendo tratada como se a gente pudesse sacrificar o sentido da lei, que é uma lei de 94, que veio para colocar no devido lugar a valorização dos profissionais da educação.

Nós temos, hoje, um desvio em relação a esse trajeto, operado especialmente aqui, em nosso estado, muito, infelizmente, pelo governo do estado – nós queremos rever isso neste ano e a audiência vai contribuir para isso –, mas também por diversos outros municípios, como o município de Salvador que, simplesmente, acaba desconhecendo que a categoria tem um plano de carreira. Então, existem os reajustes do piso nacionalmente. Neste ano, o governo de Lula fez o reajuste em mais de 14% e nós queremos que esse reajuste seja operado para toda a categoria, respeitando os planos de carreira do estado, da cidade de Salvador e dos demais municípios do estado da Bahia.

Então, amanhã nós teremos essa audiência pública sobre o piso nacional da educação, a sua implementação na Bahia e no conjunto dos municípios do nosso estado também.

Por fim, Sr. Presidente, queríamos também, já com antecedência, convidar o conjunto dos deputados e deputadas para a nossa audiência pública sobre o caso de Boipeba. Nós demos a informação aqui sobre a nossa visita a convite da Defensoria Pública, através de sua ouvidora-geral, Sirlene Assis. Foi uma visita que nós consideramos extremamente produtiva, porque além do contato com o território, além de fazer isso com o conjunto de organizações, nós tivemos uma reunião técnica de retorno para a comunidade que se transformou, do ponto de vista da participação popular, numa verdadeira audiência pública. Foram mais de 30 pessoas das diversas localidades de Boipeba se pronunciando sobre a situação. E nós tivemos um informe muito importante: a SPU tomou a posição a partir, também, dessa visita de identificar aquele território como um patrimônio da União. Portanto, nenhum empreendimento privado pode ser feito, poderia ter sido feito sem, pelo menos, uma consulta prévia bem fundamentada, utilizando uma metodologia que preservasse a democracia do processo junto às comunidades. E isso não aconteceu, o que levou a SPU, também, a se

comprometer com a perspectiva de fornecer uma autorização de termo de sustentabilidade... um termo de autorização de utilização responsável, desculpe-me, Sr. Presidente,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que vai ser produzido para a comunidade, ou seja, a comunidade terá nas mãos formalmente, com um documento federal, a possibilidade de se decidir por qualquer caminho, claro que sempre nos parâmetros da lei, decidir o que vai acontecer no território de Boipeba.

Nós vamos fazer esse debate – para concluir, Sr. Presidente – na semana que vem, a partir das 9h30min, também na Sala das Comissões, numa audiência pública promovida pela nossa Comissão de Direitos Humanos, que trata também dos problemas das populações tradicionais.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, nós queríamos fazer esse convite. Vai ser de amanhã a oito, com toda a sociedade participando desse grande debate, que se tornou uma discussão relevante nacionalmente e internacionalmente também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, em permuta com o deputado Paulo Rangel, o deputado Robinson.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ocupantes das galerias, profissionais da imprensa que acompanham a nossa sessão, hoje completa 100 dias do governo do presidente Lula, 100 dias marcados por um esforço de reconstrução e de união do nosso país, depredado pelas forças conservadoras que o geriram nos últimos 6 anos depois do golpe na presidenta Dilma.

Destruíram toda a rede de proteção social consolidada ao longo de décadas pelo povo brasileiro; destruíram a legislação trabalhista; rasgaram a CLT; a reforma da Previdência tirou o direito dos trabalhadores de se aposentarem; e desmontaram as políticas sociais em todos os municípios do nosso país.

O presidente Lula encontrou um país desrespeitado internacionalmente, um país marcado pelo ódio, em que a política mais incisiva do ex-presidente foi armar a população brasileira. Combateu a educação, combateu a cultura, perseguiu a universidade, perseguiu os artistas e depois fugiu para os Estados Unidos quando estourou o escândalo das joias milionárias que ele recebeu, provavelmente como alguma troca pelos benefícios concedidos ao grupo que comprou a refinaria da Petrobras.

Com Lula, nesses 100 dias o Brasil voltou, o Brasil voltou a ser respeitado, o Brasil voltou a ser acreditado, o Brasil voltou com o Bolsa Família, o Brasil voltou com o Minha Casa, Minha Vida, o Brasil voltou com o Mais Médicos, o Brasil voltou com o aumento do salário-mínimo, o Brasil voltou a ser do povo brasileiro.

Essa é a maior conquista dos 100 dias do presidente Lula, dar de volta ao nosso país um governo digno, que cuida do nosso povo, que cuida da nossa gente e é respeitado, deputado Samuel, em todos os fóruns internacionais. E o presidente Lula foi agora convidado para representar o Brasil no G7.

Aqui, na Bahia, o nosso governador, o nosso índio está fazendo o dever de casa, assim como o presidente Lula. Um homem sensível, que veio do chão do povo, filho de um vaqueiro e de uma costureira, elegeu o combate à fome como o seu principal programa de governo. Lançou nesses 100 dias as estruturas necessárias para que cada baiano tenha direito a tomar café da manhã, almoçar e jantar, porque essa é a condição primeira para que os outros passos sejam dados em direção à cidadania.

O nosso Jerônimo não descuidou de tocar a gestão, de inaugurar dezenas de escolas de tempo integral, de inaugurar unidades da Polícia Militar na área da segurança pública, de ter realizado o maior Carnaval, o mais exitoso desse último período em todos os municípios que fazem o festejo do Carnaval.

Agora está na China, atraindo investimentos para que a nossa Bahia possa se desenvolver e incluir a nossa gente. Investimentos para a Ponte Salvador-Itaparica, investimentos para o VLT do Subúrbio de Salvador, investimentos para retomar a fabricação de carros em nosso território, encerrada com a saída da Ford. E a Bahia estará na vanguarda para a produção de carros elétricos se confirmada a intenção da BYD de ter uma unidade aqui, no nosso município de Camaçari.

Então, eu quero parabenizar o governador Jerônimo por esses 100 dias de êxito à frente da administração pública, no compasso com o governo federal. Dezenas de ministros foram visitados pelo nosso governador para colocar a pauta da infraestrutura, da habitação, da saúde, da segurança, da educação, dos direitos humanos. E é um governador proativo, num ritmo intenso que está dando orgulho a todos nós, baianos e baianas.

E desejo que o cumprimento do mandato seja na mesma batida,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com muito trabalho, com muita prioridade em cuidar dos mais pobres, e que a gente tenha ao final desses 4 anos um Brasil muito melhor para a nossa gente viver, e uma Bahia que vai continuar seguindo em frente, rumo ao progresso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Pablo Roberto.

O Sr. PABLO ROBERTO: Boa tarde a todos, boa tarde às Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, a todos que nos acompanham.

Eu quero, de forma muito rápida, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, fazer o registro de que a Fundação Nacional de Saúde, a Funasa, conhecida nacionalmente por todos nós, que completaria 32 anos de existência agora, no dia 16 de abril, foi extinta pela Medida Provisória nº 1.156, editada no primeiro dia do

governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Agora, no dia 23 de março, foi editada uma portaria, a de nº 881, e essa portaria transfere todos os profissionais da antiga Fundação Nacional de Saúde para o Ministério do Planejamento.

Eu quero chamar a atenção aqui, deixar isso registrado, sobre a forma como o governo tomou essa decisão, uma decisão de forma rápida, uma decisão sem fazer o diálogo com os servidores dessa instituição. Em Feira de Santana, por exemplo, nós temos ainda um espaço, uma estrutura completamente montada, com muitos servidores ainda na ativa e que foram surpreendidos no dia 23 de março com essa decisão, fazendo a extinção da Fundação Nacional de Saúde.

Então, não poderia, de forma alguma, deixar de fazer esse registro na tarde de hoje, dizendo lamentar e lamentar muito a extinção da Fundação Nacional de Saúde, que durante 32 anos prestou relevantes serviços a toda a população brasileira, de forma especial à população baiana. E mereciam os servidores, nesse momento, agora, terem recebido por parte do governo federal, do Ministério da Saúde a atenção que tanto merecem. Então, a forma rápida, a forma desordenada, a forma com que foram surpreendidos nos deixa muito tristes com a forma como isso aconteceu. E não poderia, de forma alguma, deixar de, na tarde de hoje, fazer o registro, aqui, dessa lamentável atitude por parte do governo federal, que extinguiu, no último dia 23 de março, a Fundação Nacional de Saúde.

Obrigado a todos e boa tarde!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao deputado Junior Nascimento pelo tempo de até 5 minutos. (Silêncio)

Concedo a palavra ao deputado Marquinho Viana pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Sr. Presidente, nobres colegas deputados, meu amigo Luciano, do Solidariedade, amizade retada dos abóboras, dos laranjas, dos abóboras, abóboras.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna, mais uma vez, para defender aqui a nossa PEC das emendas impositivas. A Comissão de Constituição e Justiça já aprovou por unanimidade, o nosso líder da federação foi o relator, e nós estamos apresentando um requerimento de urgência para tramitar nesta Casa a partir de amanhã. Vou protocolar ainda esse requerimento, assinado por mais de 25 parlamentares, porque eu entendo que essa PEC não é uma emenda para os deputados estaduais. E se os deputados puderem apresentar junto ao Orçamento do estado investimentos para os municípios que nos conduzem a esta Casa, que nós representamos no estado da Bahia... Muitas vezes nós, deputados estaduais, ficamos impossibilitados perante a Constituição de apresentar projetos de leis que gerem custos para o governo do estado. A Constituição não permite que os deputados apresentem qualquer projeto de lei que aumente o orçamento ou que tenha custo para o governo do estado.

Mas as emendas impositivas são um instrumento que é feito em vários estados e também no governo federal. No governo federal, chega a R\$ 40 milhões. Para V. Ex.^{as} terem uma ideia, em São Paulo, que é o estado maior da Federação, as emendas

impositivas são 0,45% do orçamento, da receita corrente líquida, e lá chegam a R\$ 60 milhões as emendas impositivas. Para se ver o tamanho de São Paulo.

Outros estados, como Pernambuco, que é do Nordeste, vai a 1% a partir do ano que vem, e a 1,2%. Então, a Bahia, mesmo seguindo a 1% do orçamento, da sua receita corrente líquida, ainda será o menor estado, com o menor valor para emendas impositivas a serem apresentadas no orçamento para os municípios.

Então, nobre presidente, nobres deputados, nós já temos assinaturas suficientes para, pelo menos, esse requerimento. Espero que nosso presidente hoje e o nosso vice-presidente, Zé Raimundo, que está na cadeira... O nosso presidente saiu para cuidar de interesse da Casa. Mas amanhã, se o presidente e o primeiro-vice não estiverem, eu posso assumir como segundo-vice, e eu coloco na Ordem do Dia para ser votado.

Então, se nenhum dos dois estiverem aqui amanhã, contem comigo para colocar essa emenda na Ordem do Dia, porque é um instrumento que vai atender não ao deputado estadual, mas, sim, à população, aos municípios, que vão receber os recursos para fazerem investimentos e, assim, levarem qualidade de vida para todo o povo da Bahia.

Obrigado, meus amigos, obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Marquinho Viana. Estarei aqui amanhã, com certeza, ao lado do nosso presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido o deputado Alan Sanches para utilizar o tempo de até 5 minutos no Pequeno Expediente. (Silêncio) Não se encontra.

Eu convido o deputado Leandro de Jesus, para utilizar o tempo de até 5 minutos.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Muito boa tarde a todos os presentes, cumprimento todos os deputados colegas, V. Ex.^{as}, aqui na pessoa do presidente que conduz esta sessão, a imprensa e a todos aqui, todos os demais.

Bem, chegamos aos 100 dias, 100 dias de governo, 100 dias de PT governando ou desgovernando este país. Mas eu chamo a atenção, aqui, dos senhores presentes relembrando a fala do ex-presidiário Lula sobre o que ele disse que faria com o Moro. Lembram?

Não vou usar aqui as palavras que o sujeito utilizou. Mas parece que o que ele diz que faria com o Moro ele está fazendo com o Brasil inteiro, está fazendo com este país e com todos os brasileiros.

Então, vamos lá, está aqui: 100 dias de governo Lula. Vamos ler, 100 dias sem emprego: (Lê) “Brasil registra queda na geração de empregos formais para o mês de janeiro”. Cem dias de governo Lula sem combate ao desmatamento: (Lê) “Desmatamento no primeiro trimestre de Lula bate recorde no cerrado e tem segundo o pior índice na Amazônia”. Sem apoio também, com 100 dias apoio ao governo Lula oscila para baixo, ou seja, há até umas figuras conhecidas aí que já desembarcaram, já não estão mais caminhando com o desgoverno do ex-presidiário.

(Lê) “Sem credibilidade também. Governo Lula chega aos 100 dias sem cumprir principais promessas na economia, e ataca reformas recentes.” Tem a matéria do *Estadão*. (Lê) “Lula em 100 dias: bolsa tem pior resultado desde FHC; o que vem por aí?”

Há mais matérias! (Lê) “São 100 dias deste desgoverno que, também, é sem segurança. Os dados que mostram a explosão do número de ataques a escolas do Brasil. Bahia registra mais de 50 casos de violência em escolas em 2023.” O feminicídio está aí. O pessoal da lacração vem para cima falar sobre isso, também. (Lê) “O número, em 2023, é quase metade de todo o ano passado.” Também tem mais! (Lê) “Sem ajuda aos pobres, Lula promove retrocesso que pune os pobres”, diz jornal *O Globo*. Estamos vendo, inclusive, na questão do saneamento, o Marco do Saneamento que Lula ataca ao trazer retrocesso para os pobres.

Também sem combate à corrupção! (Lê) “Lula tenta empurrar suspeitas de corrupção ao Congresso. Revisionismo dos escândalos de corrupção pode se voltar contra Lula.” Claro, não é? Ele, sempre, tenta jogar a culpa para os outros. No entanto, nós sabemos que o PT é a marca da corrupção, historicamente.

(Lê) “Também, é um governo sem transparência! Governo descumpre transparência e não divulga despesas com viagem.” Sem emprego, também. (Lê) “Brasil registra queda na geração de empregos formais.”

Enfim, é só destruição!

Se a gente for falar do número 100, que são os 100 dias, o único 100 que o desgoverno Lula conseguiu alcançar foram os R\$ 100 mil que, agora, vão para a conta do ministro da Casa Civil, o ex-governador Rui Costa. Está, aqui, o único 100 que a gente pode registrar. (Lê) “Rui Costa receberá R\$ 27 mil como novo conselheiro de Itaipu.” Os dois salários vão para R\$ 68 mil. Somado, aí, mais o novo salário da ex-primeira-dama, chega-se ao número de 100! É o único 100 deste governo, qual seja, os R\$ 100 mil que Rui Costa levará para casa, nesta situação.

Eu faço um questionamento aos deputados ligados ao governo. Seria uma espécie de concentração de renda, nesse caso, para a gente criticar em cima, R\$ 100 mil por mês? Ou vai ficar caladinho, agora?

Eu deixo esta linha de raciocínio para os senhores...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que são ligados ao governo, principalmente, os petistas, os psolistas e, também, aqueles do PCdoB.

Fica, aqui, a oportunidade para criticar esta concentração de renda! Vejam, R\$ 100 mil por mês é o único 100 que aconteceu nesse governo.

Então, fica, aqui, a minha crítica. Realmente, é uma vergonha, para o Brasil, esse desgoverno Lula.

Mas temos de considerar que 2026 vem aí. Vamos lutar para colocar o Brasil no rumo certo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com a volta de Jair Messias Bolsonaro.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Pedro Tavares pelo tempo de até 5 minutos. (Silêncio) Não se encontra.

Com a palavra o deputado Bobô. (Silêncio) Não se encontra.

Com a palavra o deputado Robinho pelo tempo de, até, 5 minutos.

(O deputado Samuel Junior assume a presidência.)

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, amigos, amigas, meu presidente.

Como nós sabemos, nós estamos completando 100 dias de governo. O que me estranha, nesses 100 dias, é o governo do PT. O governo ganhou as eleições. Mais um dia, nós estamos presentes, aqui. Em Plenário, só há um deputado do PT. Só tem, aqui, um deputado do PT presente. Esta semana, tem um deputado do PT presidindo a sessão. Bem, o professor Raimundo saiu agora; e entrou Samuel na presidência. O professor Raimundo é o segundo deputado do PT que está presente.

Na semana passada, eu pedi verificação de quórum. Por isso, caiu a sessão. Eu não estou entendendo. Eles ganharam as eleições. E a boca está amarga, Uma tristeza! Será por que os 100 dias respondem ao porquê de tudo que tem acontecido, não só na política nacional, no governo nacional, como aqui?

Eu quero relatar os 100 dias do meu mandato, porque eu fiz algumas críticas construtivas com relação ao Planserv. O governo do PT entregou o Planserv para a Hapvida. Quanto à Hapvida, se você for para as bolsas de valores, em um só dia, Hapvida perdeu R\$ 11 bilhões, perdeu 33% na bolsa de valores. O plano de saúde do servidor público baiano foi entregue para a iniciativa privada. E é uma iniciativa privada que está em situação financeira de bancarrota total. Quem está dizendo isso não sou eu. Quem diz isso é o jornal *Valor Econômico* e a bolsa de valores do país.

A Bahia bate recorde em invasão de terras. A Bahia é o lugar que mais se invade terra. Por que isso? Eu convoquei o governo do estado. Eu tenho pedido, ao governo do estado, chamar os grandes e os pequenos produtores rurais para podermos dar um apoio ao pequeno produtor.

É muito fácil falar de reforma agrária, repito, é muito fácil falar de reforma agrária. Mas o que o governo tem feito para aqueles que querem fazer da terra o seu sustento? Isso é uma coisa que eu quero chamar atenção. É muito importante a reforma agrária. É muito importante você dar condição para aquele que quer fazer da terra o seu sustento, o sustento da sua família. Mas como se o estado em nada dá apoio para o pequeno produtor ou aquele que sonha ser produtor? Eu sou favorável à reforma agrária de forma organizada, de forma que dê condição ao pequeno produtor sobreviver e viver do seu trabalho e do seu sustento.

Agora, eu pergunto: o que fez o governo em apoio àquele assentado? O que fez o governo em favor daquele que foi para a terra para produzir?

Pouquíssimas terras foram legalizadas, através do governo do estado. Falo mais! No governo passado, quando o Incra foi organizar as terras, teve a intervenção do

governo para que, através do STF, tirasse a Força Nacional de dar suporte e apoio ao Incra para documentar as terras dos pequenos produtores, daqueles que querem fazer da reforma agrária um sustento, um trabalho, uma dignidade de sua vida.

Então, são 100 dias.

O nosso amigo Leandro de Jesus mostrou um jornal. Se eu for pegar os noticiários do Brasil, dá tristeza. Quando se fala dos índices econômicos e dos índices de inflação, quando se fala na expectativa, as pesquisas dizem isso, ou seja, a expectativa de dias melhores desse governo. Tirou-se a euforia do povo brasileiro. A esperança do povo brasileiro está sendo resgatada.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E 100 dias, repito, 100 dias são o retrato de um início de um governo.

Esperamos poder contar, daqui para frente, com dias melhores.

Muito obrigado, amigos e presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra a deputada Olívia Santana. (Silêncio) Não está presente.

Com a palavra o deputado Diego Castro. V. Ex.^a dispõe de, até, 5 minutos.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos os presentes nesta Casa no dia de hoje, os nobres colegas, a imprensa presente, fazendo o seu trabalho, e as galerias.

Presidente, hoje, venho falar, mais uma vez, da segurança pública. Antes de mais nada, registro as presenças dos membros e das lideranças da comissão de delegados e investigadores aprovados no concurso da Polícia Civil, no ano de 2022. Ali, nas galerias, estão o Fábio e a Vanessa. Eles estiveram no meu gabinete, hoje, à tarde, levando a pauta dos aprovados, presidente.

E, aí, presidente, mais uma vez, eu volto a questionar. O governo do Jerônimo está preocupado ou não com a segurança pública? Aliás, o governo do PT... Bem, eu ainda vou dar um crédito ao Jerônimo, porque só tem 2 a 3 meses de mandato, caminhando para o 4º mês, se a gente for analisar, propriamente dito. Diante do funcionamento formal do Parlamento, começou no dia 1º de fevereiro. Mas continua a pergunta, qual seja, é prioridade ou não? Por que todos nós sabemos que a segurança pública, na Bahia, é a pior do Brasil.

Não adianta querer tapar o sol com a peneira! Não adianta vir com medida paliativa, como, por exemplo: “Ah, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo.” É uma propaganda, ali, para enganar. É um discursinho, ali, para enrolar.

Isso me lembra a história de uma piada popular. Não é? O cônjuge chega em casa e encontra o seu parceiro com outro no sofá. Em vez de resolver o problema, diz assim: “Oh, tem que tirar esse sofá daí, porque está dando muito problema para mim.” É a mesma coisa com o governo do PT tem tratado a segurança: não está enxergando a situação à frente.

Por isso, presidente, venho enfatizar. E, aí, aproveitando que os membros da comissão dos aprovados no concurso da Polícia Civil estão presentes nessa Casa, peço, ao governador e aos nobres colegas de todas as bancadas, o avanço na pressão para a convocação desses agentes. E eu venho tocar, hoje, na defesa da Polícia Civil.

É uma vergonha a Bahia ser o estado mais desgraçado, do ponto de vista da segurança, ter somente 6% dos crimes resolvidos, das demandas da polícia investigativa e criminais resolvidas. Isso mostra, mais uma vez, a leniência, a letargia e a deficiência que o PT e os seus pares têm com a segurança pública, porque isso é regra geral.

Há pessoas que estão nos assistindo e nos acompanhando.

Presidente, só para o senhor ter a noção de como estão as coisas! Existe uma legislação do estado da Bahia, aprovada por esta Casa, proposta entusiasmada pelo governo do estado, que se converteu, logicamente, na Lei nº 12.601, de 28 de novembro de 2012, que, dentre outras disposições, impõe, melhor dizendo, parâmetros legais para o contingente policial.

E, aí, quando a gente vai ver o que diz essa legislação e o que está, na realidade, a gente encontra a seguinte situação. Quanto ao número de cargos de delegados de polícia, a previsão, de acordo com a legislação, era 1.200. Nós só temos 757. Quanto ao número de cargos de escrivão de polícia, a previsão era 1.293 cargos. Só temos 928. Quanto ao número de cargos de investigador policial, a previsão era 6.440 cargos. Só temos 3.704.

Como vamos combater o problema da segurança pública com esta vergonha, presidente? (O deputado mostra a lei.) É dessa forma que o PT, tapando os olhos, vai resolver esse problema? A gente tem de lembrar que a polícia judiciária tem um papel importantíssimo nesse todo da segurança pública.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Só para concluir, presidente, afinal, ela cuida da persecução penal que começa, lá, na fase administrativa, e, conclui-se, claro – nós, defensores da verdade –, com a condenação do criminoso.

Então, só para concluir, Jerônimo, se tu tens mesmo prioridade com a segurança, chame os concursados da Polícia Civil para completar o efetivo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, nobre colega.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Agora, o final do finalmente porque o que há, hoje, na Polícia Civil, é uma vergonha, sem levar em conta o que há a previsão de aposentadoria de quase 40% do efetivo. Temos uma polícia já com...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado. O tempo de V. Ex.^a acabou.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: E a gente precisa avançar para a Bahia não se tornar o Iraque da década de 1980.

Aproveitando a oportunidade, quero entregar aos colegas uma camisa da comissão dos aprovados no concurso da Polícia Civil com o lema *Por uma Polícia*

Civil ainda mais forte. Eu entrego a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que está presidindo a Mesa, em nome desta Casa.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Vitor Bonfim.

Logo em seguida, falarão os deputados Alex da Piatã e o professor José Raimundo.

O Sr. VITOR BONFIM: Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, assumo a tribuna, na tarde de hoje, para poder falar um pouco das realizações dos 100 dias do governo Jerônimo Rodrigues. Nós completamos, neste pouco tempo de gestão, deputado Zé Raimundo, entregas importantes que já têm dado e têm marcado a administração do governador Jerônimo Rodrigues.

Temos 100 escolas em tempo integral. Esse novo modelo de educação está sendo estabelecido no estado da Bahia. Sem dúvida nenhuma, em pouco tempo, nós observaremos o resultado desse investimento maciço feito em educação. Essas escolas servirão de exemplo para os demais estados da nossa Federação.

Já foram entregues, nesses 100 dias de governo, como eu disse, 11 escolas em tempo integral. Novas estradas foram, também, entregues, possibilitando a melhoria do acesso à sede de municípios, ao escoamento da produção agrícola do nosso estado, dando continuidade ao programa iniciado, lá, atrás, na gestão do hoje senador Jaques Wagner. Então, são diversos os quilômetros de estradas pavimentadas e entregues nesses 100 dias de governo.

Quanto às obras de abastecimento de água, 190 obras de abastecimento de águas, também, já foram entregues dentro do Programa Água para Todos. Isso é um marco no estado da Bahia que, sem dúvida nenhuma, será incorporado pelo governo federal, o Água para Todos.

Os aeródromos foram entregues. Mais recentemente, foi o aeródromo de Itaberaba, para ajudar na ligação do interior do estado com a nossa capital, bem como para poder fortalecer o turismo na nossa Chapada.

As novas delegacias e batalhões de polícia foram entregues. Essa nova delegacia está sendo feita conjuntamente com a sede da Polícia Militar para cidades menores, fortalecendo o sistema de segurança em nosso estado. As novas casas. Obras na área do esporte. Mais de 40 obras foram entregues. As policlínicas que, também, foram entregues no nosso estado, mostrando, realmente, o compromisso que este governo tem de transformar a vida da população na Bahia, dando continuidade ao que tem sido feito, ao longo desses últimos anos.

A gente sabe o esforço que o governo federal vem fazendo para poder colocar este país de pé novamente, depois do período de desmonte das políticas públicas que nós vivenciamos. A gente teve, durante os últimos 6 anos, um verdadeiro dismantelo das políticas públicas, por parte do governo federal.

Deputado José de Arimatéia, o governo federal agiu ou se omitiu na área das políticas públicas como Prouni; Minha Casa, Minha Vida; Luz para Todos, etc. São políticas públicas que mudaram a vida das pessoas para melhor no nosso país afora. Foi feito um total e completo desmonte.

Por fim, Sr. Presidente, ainda no tempo que me resta, eu quero chamar atenção da imprensa do estado da Bahia para o desmando e os absurdos que vêm acontecendo no município de Brumado. Por culpa da prefeitura municipal do município de Brumado, mais de 1.700 trabalhadores, com direito ao Garantia-Safra, deputado Luciano Araújo, estão impedidos de acessar esse importante instrumento que tem para auxiliar o pequeno produtor rural do Semiárido baiano, que tem de conviver com o período de seca.

E, pela incompetência da gestão municipal, já vindo ao longo dos últimos anos, administrando a cidade de Brumado, os pequenos produtores estão impedidos de acessar o Garantia-Safra. Mais de 1.700 pais e mães de família, que teriam direito a receber o seu Garantia-Safra, estão impedidos.

É preciso haver uma intervenção do governo federal e do governo estadual para solucionar essa situação. Quem está, lá, na ponta, produzindo o alimento para chegar à feira livre do município, para chegar à mesa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da população, não pague esse preço. A gente sabe a dificuldade que é produzir no interior do estado, sobretudo, em especial, na região do Semiárido. E com toda essa dificuldade, professor e deputado Zé Raimundo, o município de Brumado não fez a sua parte. E os agricultores familiares estão impedidos de acessar o Garantia-Safra.

Eu quero fazer este apelo para que a gente possa encontrar a solução para esta omissão do município de Brumado...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e que os pequenos agricultores familiares do nosso município não possam pagar este preço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Vitor.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, agora, o meu amigo, professor e deputado Zé Raimundo Fontes.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Colegas deputados e deputadas, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, os presentes na galeria, a imprensa, os nossos colaboradores.

Sr. Presidente, naturalmente, o debate sobre os rumos do Brasil, o debate sobre o governo do presidente Lula e a reflexão, também, sobre a continuidade, na Bahia, desse projeto que vem transformando a vida dos baianos e das baianas desde 2007,

nesse debate cabe, eu diria, um leque de opções e divisões. Mas não há como negar dois grandes caminhos, duas grandes concepções.

Chamo atenção para 100 dias de um governo federal que pegou um país desgovernado, um país caoticamente dirigido por um presidente que em nenhum momento teve compaixão, em nenhum momento teve empatia, naquela que foi uma das maiores catástrofes da saúde pública no Brasil, que foi a pandemia da Covid-19. Um país que privatizou a sua infraestrutura, um país que perseguiu os movimentos sociais dos trabalhadores, um país que vinha sendo completamente desacreditado e vai exigir um tempo para que o curso natural das coisas pegue um novo rumo.

E, sem dúvida, o presidente Lula começou muito, eu diria, muito empolgado, esperançoso e trazendo para o mundo um alívio. A vitória do Lula foi um alívio para o mundo inteiro. Não foi à toa que, durante o mês de janeiro, em todas as redes sociais, em todos os meios de comunicação do mundo, o presidente Lula esteve em primeiro lugar. Foi o 8 de janeiro, em seguida, as relações internacionais, depois a crise dos povos indígenas, enfim, o governo Lula precisou estancar a sangria do país e agora começa a assentar as primeiras estruturas que vão redirecionar o futuro do Brasil.

E aqui a gente poderia – como foi dito pelo nosso colega Robinson – citar algumas ações, mas, sem dúvida, a mais importante de todas, a meu ver, é a visão estratégica de que nós poderemos construir um país soberano, nós poderemos construir um Brasil com mais igualdade social, um Brasil que pode reequilibrar as regiões. Está lá o ministério, eu não tenho os dados aqui agora, mas não me lembro de tantos ministros do Nordeste e ex-governadores com uma grande experiência na gestão pública. Não me lembro também de um governo no Brasil com tanta, eu diria, diversidade das mulheres, dos negros, ministros e ministras que têm também uma raiz histórica nas desigualdades deste país. Esse é um grande sinal de que o país vai, sim, viver um novo momento.

O presidente Lula, que vai estar na China – Jerônimo já está lá – discutindo para recolocar o Brasil no centro do mundo e a Bahia no centro do Brasil. É claro, o Nordeste brasileiro que, durante décadas e décadas, era uma região deprimida economicamente, no governo Lula, no governo Wagner, no governo Rui, a Bahia e o Nordeste incrementaram...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) as suas economias, incrementaram as políticas sociais e melhoraram todos os índices.

Por isso, Sr. Presidente, eu não tenho dúvida, absolutamente, de que o Brasil será outro daqui a 4 anos. E, nesta caminhada, muitas conquistas, muitas vitórias vão ser implementadas na Bahia, nas nossas regiões, no Sudoeste da Bahia, lá na terra de Vitor, Brumado, Guanambi...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) Vitória da Conquista, Serra Geral, para que a gente tenha um país mais igual e um estado mais igual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., meu amigo, professor José Raimundo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Júnior Nascimento. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Meu boa-tarde, Sr. Presidente em exercício, grande deputado Samuel Junior. Quero saudar todos os deputados, a imprensa, todos os amigos aqui presentes e dizer da alegria que foi, nesse último final de semana e feriado, que estive na minha terra natal, Campo Formoso. Lá, tive oportunidade de presenciar o belíssimo trabalho que o nosso prefeito Elmo tem feito por aquele município, com diversos investimentos, mas destacando os investimentos na cultura, que é algo que se faz necessário para todos os gestores. E, lá, deputado Penalva, nesses 3 dias, nós tivemos oportunidade de, dentro do nosso estado, em Campo Formoso, ter uma encenação da Paixão de Cristo, levando, na Quinta-Feira Santa e na Sexta-Feira da Paixão, aproximadamente 8 mil pessoas, nos 2 dias.

Na sexta-feira, também, numa comunidade quilombola, o prefeito esteve inaugurando uma praça de eventos com um show de louvor, deputado Samuel, um evento gospel da comunidade quilombola de Laje dos Negros. E, no dia seguinte, também, houve uma cavalgada custeada pelo município, outro grande evento em que se valorizou o esporte e a cultura, totalizando aproximadamente 40 mil pessoas, nesses 3 dias, mobilizando o comércio, trazendo investimentos, pessoas e turistas para aquela nossa região que tanto necessita e está sendo potencializada com o seu turismo.

Mas, Srs. Deputados, eu atentamente observava, deputado Robinho, a página do governo do estado. Eu vi aqui que deputados já falaram a respeito dos 100 dias de governo. E aqui há um uma postagem, Jurailton, que diz o seguinte: “100 dias em 10 *cards*. Novas delegacias e batalhões” – como se fossem uma construção do governo Jerônimo –; “novos aeródromos; 190 obras de abastecimento; 40 obras de esporte; novas policlínicas; 11 escolas de tempo integral; novas estradas; mais moradias. Pouco tempo e muitas entregas.”

Eu queria entender, eu queria que V. Ex.^{as} me explicassem qual dessas obras foi fruto do governo atual? Qual dessas obras foi licitada, construída e entregue pelo governo atual?

A gente tem um jargão popular, principalmente no interior, que diz que “o mal do sabido é achar que o outro é besta”. Então, não venham para cá com obras do governo anterior para querer creditar ao governo atual, porque nenhuma dessas obras apresentadas nesses *cards* é fruto de investimento do governo atual.

Então, nós precisamos, nós torcemos por uma Bahia mais digna, torcemos, sim, por uma Bahia mais próspera, mas vamos vender o peixe – vulgarmente falando – do que se propõe, do que se executou, do que se trouxe de investimentos para os baianos e não pegar ponga em recursos, em licitações, em investimentos do governo anterior.

É necessário que se faça a verdadeira política, a política de investimentos, a política que traga benefícios aos nossos munícipes, aos baianos e às baianas e não com

outdoors do “chegou chegando” espalhados. Porque o que eu estou vendo “chegar chegando” é a criminalidade que está aumentando no estado da Bahia.

Então, Sr. Presidente, é necessário que o governo do estado não abuse de propagandas, principalmente de propagandas que não comungam com a veracidade dos fatos.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente, desejando a todos uma ótima semana.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Júnior.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O senhor falou de um evento que aconteceu e, antes até de conceder a palavra ao deputado Vitor para uma questão de ordem, eu quero também registrar um grande evento que tivemos ali na cidade de Irecê. Foi o 19º Encontro da Ufimadeb, deputado Matheus, que é uma união de filhos de pastores de todo o estado da Bahia. Diversas caravanas saíram de toda parte da Bahia, deputado Robinho, para estar nesses 3 dias, no feriado da Semana Santa, e foi muito proveitoso para toda aquela juventude. Deus abençoe a Ufimadeb e o presidente Claudomiro, que foi reconduzido para estar à frente daquele trabalho.

Questão de ordem, deputado Vitor Bonfim.

O Sr. Vitor Bonfim: Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k. Há um pedido de verificação de quórum do deputado Vitor Bonfim. Eu vou solicitar que vocês zerem o painel e estabeleçam o tempo para que a gente possa...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Robinho: Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Pois não, deputado.

O Sr. Robinho: V. Ex.^a deu 15 minutos?

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): É, porque um ia pedir a questão de ordem, e V. Ex.^a até me falou, mas V. Ex.^a pode falar sua questão de ordem.

O Sr. Robinho: A questão de ordem era que se V. Ex.^a fosse dar os 15 minutos, que a gente utilizasse esses 15 minutos até vencer o prazo. Se desse a presença, continuaria a sessão, se não desse, cairia a sessão. É isso?

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Sim, senhor.

O Sr. Robinho: Posso começar aqui falando, vendendo meu peixe?

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): (Risos) Deputado Robinho, como sempre, uma figura.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Pois não, meu líder.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, deputado Robinho, só para a gente esclarecer. No caso, o deputado Robinho está coberto de razão. Muitas vezes o Plenário aqui, durante todo meu tempo na Casa, estende realmente o tempo para que a gente

possa permitir que aquelas pessoas, os deputados e deputadas que não estejam presentes, que estejam assistindo dos seus gabinetes, estejam acompanhando a sessão, possam vir. Só para ficar claro qual é o rito aqui da Casa, não sei se essa é a necessidade do deputado Robinho. Fora isso, não há a exigência de ficar os 15 minutos. Quando estamos em votação, serão 25 minutos, quando não estamos, são os 15. Mas se existem mais três deputados para falar, como o deputado Robinho, eu acho que deve estender, deixar os 15 minutos chamando os deputados, e os outros parlamentares dariam chance para mais três deputados usarem a palavra. Não é isso, deputado?

O Sr. Robinho: O que eu que questionei foi o seguinte: caso sejam dados os 15 minutos, que os deputados possam usar o tempo até que eles cheguem aos 15 minutos; dando-se a presença, continuamos a sessão. Então, se forem dados os 15 minutos, eu queria pedir um aparte aqui na palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Pronto. Há um pedido de questão de ordem do deputado Vitor para a continuidade da presente sessão. Se V. Ex.^a fez o contraponto, a gente estabelece os 15 minutos, zera o painel e será preciso que os deputados que estão aqui no Plenário e na Casa venham marcar presença para que a gente continue a sessão...

O Sr. Robinson Almeida: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): (...) Caso contrário, a sessão será encerrada.

O Sr. Robinson Almeida: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Pela ordem, deputado Robinson.

O Sr. Robinson Almeida: Como o Regimento disciplina a utilização do tempo de espera para alcançar o quórum? É utilizado de que forma?

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Eu acabei de explicar, deputado Robinson. Há um pedido de verificação de quórum de um deputado, que é o deputado Vitor, se o deputado Robinho está contrapondo, cabe a mim abrir os 15 minutos e aí pedir, sim, a verificação de quórum. A gente segue nesse prazo de 15 minutos para que os deputados venham marcar presença e continua com a sessão. Dentro dos 15 minutos, se a gente não bater o número regimental, a gente encerra a sessão.

O Sr. Robinson Almeida: Volto a perguntar, como é utilizado esse tempo de 15 minutos, no Plenário, pelos deputados?

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): É só pedir ao presidente, qualquer um dos Srs. Deputados que queiram fazer uso da fala, e a gente vai encaminhar.

O Sr. Robinson Almeida: Por quanto tempo e com que tipo de conteúdo?

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Não, ele pedindo a questão de ordem, ele vai falar...

O Sr. Robinson Almeida: Para questão de ordem?

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): (...) como líder, como vice-líder, caso o líder do bloco não esteja, ele poderá representar o bloco.

O Sr. Robinson Almeida: Esclarecido, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): E dentro da questão de ordem dele, ele acaba fazendo uso da sua fala. Está explicado, deputado Robinson, deputado Alan?

Então, como há um pedido de verificação de quórum, eu vou solicitar...

O Sr. Robinho: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Antes de ouvir o senhor, deputado Robinho, peço que verifiquem aí, que zerem o painel e marquem os 15 minutos regimentais para que a gente possa voltar ou encerrar a presente sessão.

Um momentinho, deputado Robinson. (Pausa)

Zerou?

Deputado Vitor. (O deputado não se encontra no Plenário.)

Deputado Robinho, antes de V. Ex.^a fazer uso da fala... (Pausa)

Há um pedido de verificação de quórum, solicito aos Srs. Deputados presentes no Plenário e aos deputados que estão nos seus gabinetes que marquem presença para que a gente dê continuidade à presente sessão.

Questão de ordem do deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Aproveitando esta oportunidade, Sr. Presidente, eu quero relatar o que aconteceu nesta Casa e me deixou, assim, estarrecido, o que aconteceu na comissão de Direitos Humanos, é isso? Inclusive, é sobre o colega deputado José de Arimateia, que fazia parte da comissão. Lá, nesta comissão, teve uma convocação do secretário de Segurança Pública, o Dr. Marcelo, que foi chamado para se submeter a uma sabatina aqui, na Assembleia, e o que aconteceu?

O líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto, foi à comissão, convocou os deputados da base e tirou o colega José de Arimateia, que fazia parte da comissão. Eu queria... Já perguntei, indaguei se isso pode.

Todas as pessoas que eu questioneei falaram que não se pode fazer isso, são os direitos constitucionais, os direitos democráticos de que se fala tanto aqui, nesta Casa.

Como pode o líder do Governo, em uma jogada, uma “tratorada”, no dito popular, tirar o colega José de Arimateia e, por incrível que pareça, colocar o nome dele?! Tirou José de Arimateia da comissão e colocou o nome de Rosemberg Pinto no lugar para, de forma “tratorada”, essa é a palavra popular, derrubar ou desconvocar o secretário de Segurança Pública.

Assim, nós estamos num estado no qual a crítica fala muito da segurança pública e estamos em um novo governo, eu acredito, com propostas novas. É necessário trazer o secretário para falar de segurança pública, que é uma coisa com a qual a Bahia sonha, a Bahia deseja e a Bahia quer. Nós clamamos, o povo baiano clama por segurança pública. Aí a comissão de Direitos Humanos convoca o secretário, e com uma “tratorada” o líder do Governo tira um membro da comissão e inclui o seu próprio nome. Eu não sei qual palavra a gente deve usar para isso.

Então, eu quero aqui falar para a comissão de Direitos Humanos que já fazem parte dela... praticamente a maioria dos membros dessa comissão é da Base do Governo, não precisava de uma “tratorada” dessa, de uma jogatina dessa. Olha, a

comissão de Direitos Humanos é composta por Hilton Coelho, Ludmilla, Neusa Cadore, Olívia Santana, Robinson Almeida, Vitor Azevedo, todos deputados da Base do Governo, não precisava tirar Arimateia e colocar o próprio Rosenberg Pinto.

Eu queria que a Mesa Diretora analisasse esse tipo de jogada, esse tipo de ação, isso envergonha a Casa, a Assembleia já vem sofrendo por causa de jogatinas de forças políticas que tiram a credibilidade desta Casa. Isso é ruim. Isso é ruim para Assembleia, isso é ruim para a credibilidade dos deputados. Ações como essa...

Outra questão que... eu quero aproveitar a oportunidade para falar de outra questão: na semana passada, um colega usou este microfone para falar dos atos antidemocráticos, atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro, culpando, afirmando que resíduos do governo passado queriam dar um golpe no Brasil.

Na realidade, houve aquelas ações, eu sou contra aquele tipo de ação, depredação de patrimônio público, sou contra isso. Agora...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) por que o presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado Robinho.

O Sr. Robinho: (...) por que o presidente da República não permite que se abra a CPI para descobrir quem foi, de fato, que liderou, quem foi que coordenou, quem foi que participou diretamente disso?

Muito obrigado pela oportunidade, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k.

Há um pedido de verificação de quórum do deputado Vitor Bonfim para continuidade da presente sessão. Convido os Srs. Deputados para confirmarem presença no Plenário, os Srs. Deputados que estão nos seus gabinetes...

O Sr. Jurailton Santos: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Jurailton Santos, questão de ordem.

O Sr. Jurailton Santos: Sr. Presidente, boa tarde. Caros colegas deputados, amigos da imprensa, jornalistas aqui presentes nesta tarde de hoje, quero, deputado Robinho, deputado Zé Raimundo, que está aqui, falar de um assunto muito importante, que é a violência nas escolas.

Nós, enquanto deputados estaduais, precisamos dar uma resposta à sociedade, não podemos ficar de braços cruzados e acompanhar, deputado José de Arimateia, a violência que vem crescendo assustadoramente nas escolas.

Recebi hoje, deputado Robinho, de um pai lá em Bonfim, a notícia de ameaças de que iriam entrar pessoas nas escolas de Bonfim para agredir alunos. Nós precisamos dar uma resposta aos pais, às mães, aos avós, aos irmãos, a quem tem filho na escola, a quem coloca o seu filho na escola para estudar, para aprender uma profissão, para que no futuro venha a ser alguém, e o pai não tem, deputado José de Arimateia, deputado Hilton...

Nós teremos audiência amanhã para discutir justamente... É um ponto que temos que debater, Hilton, porque nós não podemos aceitar que alunos tenham acesso às dependências das escolas, presidente em exercício, Samuel, com uma arma de fogo, uma arma branca. O professor não pode simplesmente ir lá, deputado José de Arimateia, dar uma orientação, e o aluno que não gostar pegar aquela arma, pegar aquele objeto cortante e machucar aluno, coordenador, professor...

Nós precisamos... Eu apresentei nesta Casa, na semana passada, um projeto de indicação pedindo a sensibilidade do governador do estado, da secretaria de Segurança, da secretaria de Educação para que se coloque, nas portas das escolas, a porta giratória com detector de metais. Se o aluno ou qualquer outra pessoa, deputado Robinho, tentar acessar a sala de aula ou as dependências da escola com uma arma, ele não vai conseguir porque a porta irá travar, e aquele objeto cortante, aquela arma de fogo não vai poder acessar a sala de aula, o que vai impedir uma tragédia como esta que a gente acompanhou e vem acompanhando nos noticiários. Eu peço aqui a sensibilidade dos meus colegas.

Também, presidente, no dia 15, agora, nós teremos a segunda edição do Driblando a Fome, em Pituaçu, evento este promovido pela Igreja Universal do Reino de Deus, deputado José de Arimateia, quando nós iremos arrecadar alimentos para distribuir para várias instituições religiosas, todas que estarão lá presentes, já inscritas, claro, para receber essa doação.

Aproveitar também para agradecer ao meu amigo prefeito Marão, de Ilhéus. Eu subi à tribuna recentemente e pedi a atenção dele para o assentamento lá em Sambaituba porque a estrada estava horrível, nem trator passava. Marão, meu amigo, meu prefeito de Ilhéus, muito obrigado, você mandou o trator, a retroescavadeira e deixou tudo bonitinho. Um abraço para você! Obrigado, prefeito Marão!

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para encaminhar sua questão de ordem, deputado.

O Sr. José de Arimateia: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Um momentinho, deputado Ari. É que o deputado Robinho fez uma solicitação verbal para a Mesa Diretora, e eu vou solicitar ao senhor, deputado Robinho, que faça isso por escrito para que o presidente possa receber a comunicação de V. Ex.^a, e quando a Mesa se reunir irá tratar do assunto.

Questão de ordem do deputado José de Arimateia.

O Sr. José de Arimateia: Sr. Presidente, como eu cheguei já no final da sessão...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O senhor estava na comemoração do...

O Sr. José de Arimateia: Não, eu estava na cidade de Teofilândia, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O senhor chegou assim, todo caracterizado...

O Sr. José de Arimateia: Mas... mas eu vim aqui para fazer o registro dessa grande vitória da família Fluminense, dos cariocas e dos baianos que também são Fluminense. Eu sou Fluminense de Feira de Santana e também torço pelo Fluminense que foi campeão carioca, foi campeão da Taça Guanabara e agora campeão carioca.

Então, sendo em cima do Flamengo, foi uma dupla vitória, parabéns a todos os tricolores baianos que nos assistem por meio da *TV ALBA*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado José de Arimateia.

Há um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Vitor Bonfim. Srs. Deputados, marquem presença. Nós temos mais 3 minutos, senão vamos encerrar a sessão do dia de hoje, já convocando antecipadamente os Srs. Deputados para amanhã, dia 11, no horário regimental.

O Sr. Raimundinho da JR: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O senhor está pedindo questão de ordem? Pode falar, deputado, aqui V. Ex.^a... Questão de ordem do deputado Raimundinho.

O Sr. Raimundinho da JR: Boa tarde, presidente. Eu fui inscrito, Sr. Presidente, mas acho que o senhor não percebeu aí.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Não, deputado, de fato, o senhor está inscrito aqui, só que foi no Pequeno Expediente. Aí, quando encerrou o Pequeno Expediente, o deputado Vitor pediu a questão de ordem, e é por isso que não chamei V. Ex.^a.

O Sr. Raimundinho da JR: Então eu vou fazer aqui a minha exclamação.

Boa tarde, gente, boa tarde a todos vocês aqui presentes. Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção da Coelba na cidade de Ubaitaba. Tive o prazer de ser vizinho daquela cidade, nasci ali naquela região, e o povo da cidade de Ubaitaba está sofrendo muito com as quedas de energia. A Coelba não está tendo a responsabilidade nem o compromisso de dar respostas para o que está acontecendo.

Eu vi lá muitos pais de família terem prejuízo no comércio com a perda irreparável de muitos alimentos que lá ficaram, naquele final de semana, sem energia, o que, por diversas vezes, vem ocorrendo. A queda de energia lá é constante, não é a primeira nem a segunda, nem a terceira vez que isso acontece. Então, eu quero pedir ao Sr. Presidente: vamos convocar o pessoal da Coelba para que eles possam dar uma explicação do que está acontecendo na nossa região, com tanta queda de energia. A gente fica triste de ver, pagar taxas altíssimas, e não ter o trabalho e o fornecimento de energia feito como deve ser feito para o consumidor.

E aí fica a minha indignação e o meu repúdio com a Coelba, que até hoje não deu a mínima resposta ao povo de Ubaitaba.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Raimundinho. Inclusive, deputado Raimundinho, havia aqui, na legislatura passada, um pedido de abertura de CPI junto à Coelba, mas não avançou. Quem sabe, com V. Ex.^a, que está fazendo essa reivindicação hoje, a gente não possa reacender essa possibilidade.

O Sr. Raimundinho da JR: Tenha certeza de que eu vou estar aqui para defender os consumidores, porque a gente precisa ter respeito com todo o nosso povo baiano.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado.

Vencendo aqui o tempo que foi estabelecido, como não conseguimos o quórum suficiente, declaro encerrada a presente sessão. Convoco os Srs. Deputados para amanhã, no horário regimental.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Antônio Henrique Jr, Cafú Barreto, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Júnior Muniz, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Patrick Lopes e Roberto Carlos. (10)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.